



GLOBAL JOURNAL OF HUMAN-SOCIAL SCIENCE: G
LINGUISTICS & EDUCATION
Volume 21 Issue 9 Version 1.0 Year 2021
Type: Double Blind Peer Reviewed International Research Journal
Publisher: Global Journals
Online ISSN: 2249-460X & Print ISSN: 0975-587X

O Corpo Ganha Lugar Na Educação Inclusiva: Um Olhar Para A Motricidade No Transtorno Do Espectro Do Autismo (TEA)

By Elizabeth Rodrigues De Oliveira Pereira, Ediclea Mascarenhas Fernandes, Dr. Helio Ferreira Orrico, Sandra Regina Barbosa, Sonia Mendes, Luciana Perdigão & Franklin José Pereira
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Abstract- PEREIRA, Elizabeth Rodrigues de Oliveira. *The body takes place in Inclusive Education: a look at the Autism Spectrum Disorder Motor Skills.* 2020 Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2020.

This research concerns to Autism Spectrum Disorder (ASD) children and adolescents teaching-learning process Disorder (ASD) children and adolescents with emphasis on the student's potential and not what is lacking. The main aims of this study are for analyzing the importance of motor skills for the ASD learner to develop, as well as to discuss the inclusive perspective and to reflect on the traditional teaching method and on a teaching that treats the body in a perspective seen in a broader and less stereotyped language, referring to Henri Wallon readings who guides the work with the human being in a global way, Vigotski and the man's conception as someone who transforms and is transformed in relationships arising from a particular culture, respecting and recognizing the differences, and Michel Foucault regarding the "discipline and docile bodies notion" due to the fact that the school is compared to the barracks, prisons, hospitals, because of employed hierarchy and normalizing sanctions.

Keywords: *autism spectrum disorder. inclusive special education. body. learning.*

GJHSS-G Classification: FOR Code: 339999



Strictly as per the compliance and regulations of:



O Corpo Ganha Lugar Na Educação Inclusiva: Um Olhar Para A Motricidade No Transtorno Do Espectro Do Autismo (TEA)

Elizabeth Rodrigues De Oliveira Pereira ^α, Ediclea Mascarenhas Fernandes ^σ, Dr. Helio Ferreira Orrico ^ρ, Sandra Regina Barbosa ^ω, Sonia Mendes [¥], Luciana Perdigão [§] & Franklin José Pereira ^x

Resumo- PEREIRA, Elizabeth Rodrigues de Oliveira. *O Corpo ganha lugar na Educação Inclusiva: Um Olhar para a Motricidade no Transtorno do Espectro Autista (TEA)*. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação) - Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2020

Esta pesquisa é concernente ao processo de ensino-aprendizagem das crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), com ênfase no potencial do aluno, e não o que lhe é deficitário. Os principais objetivos deste estudo são analisar a importância da motricidade para o educando com TEA desenvolver-se, além de discutir a perspectiva inclusiva e refletir sobre o método do ensino tradicional e sobre um ensino que trate o corpo numa perspectiva vista sob uma linguagem mais ampla e menos estereotipada, remetendo às leituras de Henri Wallon, que orientam o trabalho com o ser humano de forma global, Vigotski e a concepção de homem como alguém que transforma e é transformado nas relações decorrentes de uma determinada cultura, respeitando e reconhecendo as diferenças, e Michel Foucault, no que concerne à noção da “disciplina e corpos dóceis”, devido ao fato da escola ser comparada aos quartéis, prisões, hospitais, por conta da hierarquização e das sanções normalizadoras empregadas. O corpo que ganha o lugar na Educação, é aquele cuja concepção já foi repleta de incertezas e críticas; poderia ser relativo a todo corpo, porém é o TEA que assume sua posição nesse contexto intelectual e físico, transformando o paradigma biomédico arraigado durante tanto tempo, em uma concepção emancipatória no cenário educacional. Para a realização do presente estudo, uma escola pública da rede municipal de Duque de Caxias, situada no 3.º Distrito, foi escolhida por ser o 2.º Polo de Educação Especial Inclusiva, primeira unidade de ensino a ser adaptada na década de 1990 para a implantação das classes. Através da Lei Berenice Piana ou Lei 12.764/12, entre outras legislações abordadas nesta pesquisa, o TEA teve assegurado seu direito a todas as políticas de inclusão no país. A perspectiva do estudo possibilita a conscientização em torno do TEA, assim como otimizar sua inclusão escolar. Como Metodologia, foi realizada uma Observação Participante, com um registro de campo, entrevistas semiestruturadas com os responsáveis e professores das classes regulares e de Atendimento Educacional Especializado (AEE) no intuito de analisar a construção do conhecimento no TEA e sua relação com o que

é vivenciado na Escola e na Família. A escola pesquisada oportuniza o educador a vivenciar abordagens diferenciadas, colocando-se no lugar dos educandos com autismo, auxiliando-os a interagir sem imposições, respeitando suas singularidades; bem como escuta às famílias, conforme os resultados obtidos, abrindo espaço para concepções, metodologias e perspectivas para educação inclusiva de alunos com TEA.

Palavras-chave: transtorno do espectro do autismo. educação especial inclusiva. corpo. Aprendizagem.

Abstract- PEREIRA, Elizabeth Rodrigues de Oliveira. *The body takes place in Inclusive Education: a look at the Autism Spectrum Disorder Motor Skills*. 2020 Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2020.

This research concerns to Autism Spectrum Disorder (ASD) children and adolescents teaching-learning process (ASD) children and adolescents with emphasis on the student's potential and not what is lacking. The main aims of this study are for analyzing the importance of motor skills for the ASD learner to develop, as well as to discuss the inclusive perspective and to reflect on the traditional teaching method and on a teaching that treats the body in a perspective seen in a broader and less stereotyped language, referring to Henri Wallon readings who guides the work with the human being in a global way, Vigotski and the man's conception as someone who transforms and is transformed in relationships arising from a particular culture, respecting and recognizing the differences, and Michel Foucault regarding the “discipline and docile bodies notion” due to the fact that the school is compared to the barracks, prisons, hospitals, because of employed hierarchy and normalizing sanctions. The body that wins its place in Education, is the one whose conception was already full of uncertainties and criticisms; it could be related to the whole body, but it is the ASD that assumes its position in this intellectual and physical context, transforming a rooted biomedical paradigm for so long, in an emancipatory conception in the educational scenarium. To carry out this present study, a public school in Duque de Caxias municipal network, located in the 3rd District, was chosen because it was the 2nd Special Inclusive Education Pole, the first teaching unit to be adapted in the 1990s for classes implementation. According to Berenice Piana Law or Law N.12764/12 among other legislations addressed in this research, ASD had ensured its right to all inclusion policies in the country. The study perspective was to promote na awareness around ASD as well as to optimize his school inclusion. As Methodology Participative Observation was carried out and aided by a Fieldwork notebook, semi-structured interviews with the heads and regular classes and Specialized Educational Service (SES) teachers in order to analyze ASD knowledge construction and its relationship

Author ^{α σ}: Researchers in a Brazilian Students Group Called NEEI (Núcleo de Educação Especial Inclusiva) Sponsored by UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), Brazil. e-mail: bethpsi14@gmail.com

Author ^ρ: Ph.D in Education.

Author ^{ω ¥}: Teacher, Master in Education and PhD student from PGCT in/UFF (Universidade Federal Fluminense).

Author [§]: Ph.D student from PPGCTin (Universidade Federal Fluminense/UFF/ Brazil) and works in Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da Fundação CECIERJ as a Coordinator.

Author ^x: Physical Education Teacher, Ph.D in Education and Public Politics from Universidad Del Norte, Assunción, Paraguay.

among what is experienced at school and family. The researched school gives to the educator an opportunity for experiencing different approaches putting himself in students with Autism's place helping them to interact without impositions, respecting their singularities, as well as listen to the families, according to obtained results, opening space for conceptions, methodologies and perspectives for ASD students inclusive education.

Keywords: autism spectrum disorder. inclusive special education. body. learning.

I. INTRODUÇÃO

A inclusão é uma luta contínua e árdua que deve ser de todos, permitindo que em seu interior, a pessoa com deficiência possa desenvolver-se e mostrar sua relevância como membro participante e importante neste mundo. A pessoa com deficiência não necessita ser vista como um ser diferente a se estudar, e sim como um ser humano pleno de seus direitos como cidadão inserido no contexto sociocultural, participando, interagindo, comunicando-se com independência e autonomia, rompendo com o prisma paternalista pelo qual ainda é rotulado.

O Autismo, hoje denominado Transtorno do Espectro do Autismo ou TEA, sempre me despertou o desejo de pesquisa, e após a leitura de um livro da Prof.^a Regina Leite Garcia (2002), intitulado "O Corpo que Fala Dentro e Fora da Escola", onde são abordados vários artigos a respeito do corpo num contexto geral, refleti sobre o educando com TEA no ambiente escolar, assim como as transformações ocorridas para a sua integração não só no contexto educativo, mas, na cultura na qual encontra-se inserido.

Por outro lado, outro autor também chamou minha atenção quanto à questão do rechaço a qualquer forma de discriminação, e em outro ponto a "docilização dos corpos": Michel Foucault. Neste estudo, o corpo e seus usos na escola mediante as práticas pedagógicas utilizadas, remete à reflexão de como os dispositivos disciplinares e biopolíticos¹ historicamente, naturalizaram-se nas instituições escolares na forma de mecanismos de controle sobre os corpos.

Segundo Probst e Kraemer (2011) o ponto de partida desta análise, é a hipótese de que a noção de corpo, da qual a escola se apropria, não é algo dado, que o corpo é construído historicamente, podendo variar de uma sociedade (cultura) para outra, de uma época para outra. Os dispositivos de disciplina e biopolítica² controlam e massificam os seres humanos,

enquanto que o ato de ensinar não é só "transferir conhecimento", e educar é "saber escutar, reconhecer que a educação é ideológica, disponibilidade para o diálogo e querer bem aos educandos", no pensamento de Freire (1996).

A noção de "corpo", na presente pesquisa, é concernente à uma emancipação, ou seja, uma ruptura com a visão fragmentada do ser, o corpo visto, não como fonte de pecado, nem como degradação, mas, capaz de ter "voz", mesmo quando esta não puder manifestar-se da forma cotidiana nos educandos com TEA, cujo nível de severidade está entre 2 e 3 na classificação do DSM-V, onde há necessidade de suporte para ser compreendido (RIOS, 2015).

O corpo que ganha o lugar na Educação, é aquele cuja concepção já foi repleta de incertezas e críticas; poderia ser relativo a todo corpo, porém é o TEA que assume sua posição nesse contexto intelectual e físico. A lógica inclusiva valoriza o educando e a construção de seu conhecimento, rompendo com a tradição autoritária e o controle corporal criticado por Foucault, no intuito de manter a liberdade, o diálogo e a interação.

Veiga-Neto (2003) coloca que, com base em Foucault, se pode compreender a escola como eficiente dobradiça, capaz de articular poderes que nela circulam com os saberes que a enformam, e nela se ensinam, sendo eles pedagógicos ou não. E acrescenta que o referido teórico não é um "salvacionista", tampouco um remédio para a Educação, nem para o mundo, mas, sem dúvida, um grande estimulador.

A escolarização dos educandos com TEA representa um desafio devido à variabilidade do quadro, no qual se apresentam indivíduos em aspectos e graus diversos, com destaque para a comunicação, aprendizado, adaptação em atividades de vida diária e nos relacionamentos pessoais, havendo alguns com bastante dificuldades na interação, enquanto outros aceitam-na de forma passiva, porém resistentes à manutenção desta interação, de acordo com Klin (2006).

Este trabalho apresenta como objetivo principal, discutir a inclusão do educando autista na instituição escolar, no que concerne à motricidade, uma vez que o TEA ou Transtorno do Espectro do Autismo requer um olhar mais sensível e estratégias que

poder-saber) sobre os processos vitais nos campos da saúde, da higiene, da produção e reprodução. (<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/25699>).

O termo biopolítica, em Foucault (1999), designa um modelo de poder que, ao ser exercido não governa apenas os indivíduos por meio de disciplinas, mas passa a ter o foco no governo de toda a população. POI - É S I S - REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - MESTRADO - UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA, Tubarão, Número ESPECIAL: Biopolítica, Educação e Filosofia, p. 103 - 119, 2011).

¹ Biopolíticos: Relativos à Biopolítica e seus mecanismos.

² Biopolítica: Ciência interdisciplinar que estuda a integração e reconciliação da sociedade moderna e de suas instituições com a infraestrutura de apoio orgânico básico (natureza, clima, saúde do solo, pureza das águas, etc). Termo utilizado por Michel Foucault em "A Vontade do Saber", de 1976, relacionado às formas de poder (e de

respeitem as características inerentes aos seus diversos comportamentos.

Wallon, Vigotski e Foucault e seus pensamentos, são citados devido à grandiosidade de suas obras, ressignificando saberes, cada um exprimindo suas concepções, buscando pontos em comum no intuito de reestruturar o processo educativo. Vigotski, apud Cunha (2017), cita que o ambiente escolar quando preparado e adequado à diversidade discente, é surpreendentemente progressivo no estímulo de vivências. O pensamento de Foucault abordando criticamente a disciplinarização dos corpos traz-nos a reflexão sobre o que pode ser mudado no ambiente escolar diante da Educação Especial Inclusiva. Wallon completa essa matriz, com o intuito de analisar a questão do corpo com o TEA e as práticas pedagógicas.

O corpo na escola é um referencial para todas as disciplinas, além de ser um corpo em movimento, deseja conhecer-se e ser conhecido, de dominar suas estruturas motoras. Se for um corpo fragmentado, reprimido, não conseguirá transpor-se, permanecendo apenas numa “visão reducionista e dicotômica de homem e de corpo”, no pensamento de Cornelsen (2007). A noção de “corpo integral” se fez presente durante toda a observação realizada na escola, diante das práticas educacionais apresentadas, as quais valorizaram a criatividade e a espontaneidade de cada educando com TEA.

Dessa forma, corpo do educando com TEA, surge no cenário educacional para oportunizar o reconhecimento de seus saberes, através de seus “corpos indóceis”, suas expressões e vivências, viabilizando novos olhares acerca de seu desenvolvimento. Daí, o intuito de pesquisar e analisar o trabalho realizado na E. M. Santa Luzia, localizada no bairro Parque Equitativa, 3º Distrito do Município de Duque de Caxias/RJ, com a Educação Especial concernente à motricidade dos educandos com TEA matriculados na instituição e as mudanças pelas quais a escola passou, que apesar de seu espaço físico apresentar-se pouco acessível, com salas das classes regulares e classes especiais com quadros, tabelas, prateleiras com jogos e materiais didáticos, mas, ainda desprovidas de recursos tecnológicos, possui uma rampa entre os dois corredores principais que se encontram em níveis diferentes, um banheiro adaptado para cadeirantes e pessoas com dificuldades motoras, avisos e indicações em língua de sinais; porém, todo o corpo docente e a comunidade local estão atuantes na Educação Inclusiva, participando de reuniões, encontros, auxiliando a escola na difusão dos conhecimentos e ideais.

a) *Dos estudos de Kanner e Asperger ao Cid-10 e Dsm-V: um percurso histórico*

O termo Autismo originário do grego “autós”, significa “de si mesmo”, sendo empregado pela

primeira vez pelo Psiquiatra suíço Eugen Bleuler, em 1911, o qual tentou descrevê-la como a “fuga da realidade e o retraimento interior dos pacientes acometidos de Esquizofrenia” (CUNHA, 2012, p.20).

Em relação à etimologia da palavra, de acordo com os autores Lotufo, Muller-Granzotto e Muller-Granzotto (2012), o autismo significa “a si mesmo” ou “comportamento de voltar-se para si mesmo”, como ensimesmamento psicótico.

O autismo já esteve em várias categorias como síndrome comportamental, neuropsiquiátrica e/ou neuropsicológica, transtorno invasivo do comportamento, transtorno abrangente do desenvolvimento, psicose infantil, etc. (BAPTISTA E BOSA, 2007).

Na categoria de esquizofrenia e psicose infantil, o autismo apareceu nos principais manuais da Organização Mundial de Saúde (OMS), a Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10 e da American Psychiatric Association (APA), o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V), permanecendo durante um bom tempo, até chegarmos à recente classificação TEA (Transtornos do Espectro do Autismo).

O psiquiatra austríaco Leo Kanner, naturalizado americano, publicou as primeiras pesquisas relacionadas ao autismo, em 1943. Kanner constatou uma nova síndrome na Psiquiatria Infantil denominada a princípio, de “Distúrbio Autístico do Contato Afetivo”, devido à observação clínica de crianças que não se enquadravam em nenhuma das classificações existentes na Psiquiatria Infantil, e ao descrever onze crianças, entre 2 e 11 (dois e onze) anos de idade, 3 (três) meninas e 8 (oito) meninos, Kanner observou 3 (três) categorias:

1. Inabilidade no relacionamento interpessoal;
2. Atraso na aquisição da fala;
3. Deficiências motoras;

Em 1949, referiu-se ao mesmo quadro como uma síndrome, sendo percebidas outras características comuns à maioria das crianças:

1. Sérias dificuldades de contato com as pessoas;
2. Ideia fixa em manter os objetos e as situações sem variá-las;
3. Fisionomia inteligente;
4. Alterações na linguagem do tipo inversão pronominal, neologismos e metáforas;

Enquanto Kanner se aprofundava em Autismo, o médico austríaco Hans Asperger observava crianças com um quadro semelhante ao descrito por seu colega, mas, que apresentavam características diferentes, concernentes à presença de intelectualidade e uma maior capacidade de comunicação, o qual Asperger denominou-o de Psicopatia Autista (CUNHA, 2012, p.22).

Todavia, mais tarde, levou seu nome, cobrindo características que não foram levantadas, incluindo casos de comprometimento orgânico. Porém, ressaltou que as crianças descritas em seus estudos, eram dotadas de inteligência superior e aptidão para a lógica e a abstração, apesar de interesses excêntricos.

As crianças diagnosticadas com Síndrome de Asperger são consideradas por muitos como “autistas de alto funcionamento”, às vezes chamadas de “savants” (sábios), as quais denotam inteligência global normal, mas é comum que sejam desarticuladas, com habilidades raras e dificuldades extremas.

Normalmente possuem aptidões matemáticas e excelente memória para guardar datas e números, desenvolvendo também obsessões compulsivas. Devido ao fato de não apresentarem deficiência mental ou problemas na fala, estas pessoas podem levar uma vida com qualidade, mesmo com alguma perda na área socioafetiva. E a partir de Kanner, muitos outros pesquisadores surgiram e foram aos poucos, registrando suas ideias hipotéticas sobre a origem do autismo e dos conceitos traçados, advindos de suas experiências com pessoas acometidas pela síndrome (ORRU, 2012; CUNHA, 2017).

Romero (2016) cita que em 1976, o psiquiatra Ritvo, passou a considerar o autismo como um distúrbio do desenvolvimento. Outra psiquiatra, Lorna Wing, especificou 3 (três) áreas deficitárias da pessoa com autismo, a saber:

1. Imaginação;
2. Socialização;
3. Comunicação; de acordo com Pereira (2012), estas áreas são conhecidas como Tríade de Wing.

Teixeira (2013) aponta para a área da imaginação do indivíduo autista com ausência do conceito “Teoria da Mente”, ou a capacidade que o ser humano tem de ser colocar no lugar do outro, reconhecendo emoções por suas expressões faciais, corporais e seus comportamentos.

Klin apud Romero (2006) relata que outro psiquiatra, Michael Rutter, em 1978, propôs quatro critérios para a definição do autismo, que são:

1. Atraso e desvios sociais, não só como função de retardo mental;
2. Problemas de comunicação, novamente não só em função de retardo mental associado;
3. Comportamentos incomuns, tais como estereotípias e maneirismos;
4. Início antes dos 30 (trinta) meses de idade. Outras referências de pesquisadores como Simon Baron-Cohen e Uta Frith consideram o autismo uma patologia caracterizada por déficits em módulos cognitivos (BRASIL, 2013).

Conforme Moraes et. al (2017), a frequência dos diagnósticos de TEA vêm aumentando por décadas, mas pesquisadores não concordaram se a

tendência é um resultado de uma maior conscientização, detecção aprimorada, definições em expansão, um real aumento na incidência, uma combinação destes fatores ou a natureza complexa destas alterações nas desordens que mudam suas definições clínicas no decorrer do tempo.

Orrú (2009, p. 25) relata que com o crescimento de pesquisas sobre o assunto, o autismo foi classificado pela 1ª (primeira) vez, no Manual Diagnóstico e Estatístico passou a denominar dos Transtornos Mentais, DSM III, da Associação Americana de Psiquiatria (APA), em 1980, como Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD). Depois, Transtorno Invasivo do Desenvolvimento (TID).

A Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde - CID-10 - mantida pela Organização Mundial de Saúde (OMS), conceituou Transtornos Globais de Desenvolvimento como:

Grupos de transtornos caracterizados por alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e modalidades de comunicação e por um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Estas anomalias qualitativas constituem uma característica global do funcionamento do sujeito em todas as ocasiões.

No ano de 1994, no Brasil, a Política Nacional de Educação Especial adotou o termo, Condutas Típicas, para designar alunos que com síndromes, quadros psicológicos, neurológicos ou psiquiátricos que ocasionassem atrasos no desenvolvimento e prejuízos no relacionamento social, que necessitavam de atendimento educacional especializado, segundo Romero (2016).

Em 2009, com a reelaboração do mesmo documento, denominado de Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, o termo Transtorno Global do Desenvolvimento, (TGD), passou a ser utilizado, de acordo com Fernandes et al. (2009, p.155).

O Autismo não é mais considerado como um tipo de psicose, nem esquizofrenia; trata-se de um Transtorno Invasivo do Desenvolvimento (TID), e atualmente, um Espectro (BRASIL, 2013, p. 24). Por existirem diferentes manifestações comportamentais e vários graus de acometimento, o DSM V, da Associação Americana de Psiquiatria (APA), publicado no ano de 2013, denominou o Transtorno do Autismo como Transtorno do Espectro Autista, agrupado dentre os Transtornos do Neurodesenvolvimento (BRASIL, 2013).

Na data de 27 de Dezembro de 2012, foi recentemente sancionada no Brasil, a Lei Nº 12.764, conhecida como Lei Berenice Piana³, que instituiu a

³ A lei n.º 12.764 (BRASIL, 2012) ficou conhecida como Lei Berenice Piana, nome da mãe de uma criança autista que lutou pela sua aprovação, estabeleceu o autismo como deficiência, com direito a ações e serviços, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde e escolarização, incluindo: diagnóstico precoce;

Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo, reconhecendo as pessoas com TEA como pessoas com deficiência, para todos os efeitos legais (BRASIL, 2013). A lei ora sancionada, ao tempo em que protege, elimina toda e qualquer forma de discriminação, reafirmando todos os direitos de cidadania deste público alvo. O mencionado marco legal foi apresentado na seção secundária 1.3.. Este é importante para viabilizar, direitos a um diagnóstico precoce, tratamento, terapias e medicamento; acesso à educação; à proteção social (benefícios, cuidados e moradia); ao trabalho e às provisões adequadas de serviços que lhes propiciem a igualdade de oportunidades(COLAÇO,2018).

b) A educação especial e sua trajetória

Fernandes e Glat (2005) relataram que a educação de alunos com necessidades educacionais especiais⁴, hoje PcDs (Pessoas com Deficiência) nas décadas de 1970 e 1980 ainda era calcada num modelo de atendimento segregado, com metodologia de forte ênfase clínica e com currículos próprios.

Resultante da mudança de paradigma do modelo médico para um modelo educacional, a ênfase não era mais na deficiência intrínseca do indivíduo, mas sim nas condições do meio em proporcionar recursos adequados à promoção do desenvolvimento e da aprendizagem. A tendência mundial da luta contra a marginalização das minorias excluídas, em nosso país, começou-se a divulgar e consolidar princípios que nortearam a filosofia da “normalização”, partindo da premissa básica, que as pessoas com deficiências, possuem o direito de usufruir as condições de vida, as

atendimento e acompanhamento multiprofissional; nutrição adequada e terapia nutricional; medicamentos; moradia, inclusive residência protegida; mercado de trabalho; previdência e assistência social; acompanhante especializado na escola.

⁴ O termo “necessidades educacionais especiais” foi utilizado para designar as necessidades relacionadas aos alunos que apresentam elevada capacidade ou dificuldades de aprendizagem. Esses alunos não são, necessariamente, portadores de deficiências, mas são aqueles que passam a ser especiais quando exigem respostas específicas adequadas. A noção de necessidades educacionais especiais entrou em evidência a partir das discussões do chamado “movimento pela inclusão” e dos reflexos provocados pela Conferência Mundial sobre Educação Especial, realizada em Salamanca, na Espanha, em 1994. Nesse evento, foi elaborado um documento mundialmente significativo denominado “Declaração de Salamanca” e na qual foram levantados aspectos inovadores para a reforma de políticas e sistemas educacionais. A Declaração de Salamanca, portanto, estabeleceu uma nova concepção, extremamente abrangente, de “necessidades educacionais especiais” que provoca a aproximação dos dois tipos de ensino, o regular e o especial, na medida em que esta nova definição implica que todos possuem ou podem possuir, temporária ou permanentemente, “necessidades educacionais especiais” (MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. *Verbete necessidades educacionais especiais. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil*. São Paulo: Midiamix, 2001). Disponível em: <<https://www.educabrazil.com.br/necessidades-educacionais-especiais/>>. Acesso em: 05 de nov. 2020.

mais comuns ou normais possíveis na sua comunidade, como participar das mesmas atividades sociais, educacionais e de lazer, tanto quanto as demais (FERNANDES E GLAT, 2005).

A escola pesquisada possui salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) para educandos com deficiências, alguns incluso em classes regulares, revelando ser possível, a construção de novos conhecimentos, respeitando, valorizando e impulsionando as transformações no processo educativo. Em momento algum, rechaçou a convivência cotidiana entre as pessoas com e sem deficiência em seu interior, tanto na sala de aula regular quanto nas salas de atendimento especializado, garantindo acesso aos recursos e tecnologias capazes de potencializar o processo de ensino e aprendizagem quando necessário e pertinente, atendendo às singularidades de cada aluno.

Assim, a Educação Especial Inclusiva na E.M Santa Luzia, ao oportunizar a inserção dos alunos com autismo e outras deficiências, reforçou a necessidade das modalidades de ensino complementar no intuito de ampliar a interlocução com o ensino regular, caminhando juntos para o desenvolvimento das potencialidades de nossos educandos especiais.

c) Lei Berenice Piana ou Lei 12.764: O Tea Tem Vez

Desde os anos 1970, um lema denominado “Nada sobre Nós, sem Nós”, vem sendo adotado por militantes do movimento das pessoas com deficiência internacionalmente, resumindo algumas das motivações básicas do ativismo político desse grupo de pessoas, conforme Rios (2017). Não apenas direitos e benefícios no âmbito social foram reivindicados, mas, acima de tudo, o reconhecimento das pessoas com deficiência como sujeitos livres e autônomos, capazes de se posicionar e participar na tomada de decisões em distintas esferas sociais sem a interferência de terceiros, ainda nas palavras da autora.

Segundo Santos (2018), a Lei nº 12.764 de dezembro de 2012 institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e as garantias, de forma específica para o seu cumprimento. Também conhecida como Lei Berenice Piana, é sem dúvida um marco no que tange a proteção das pessoas com transtorno do espectro autista. O dispositivo vai muito além de meramente estabelecer diretrizes para a proteção dessas pessoas, cujo Artigo 2º, relata que a pessoa com transtorno do espectro autista, terá direito a um acompanhante especializado nas classes comuns de ensino regulares.

Segundo a Lei,

Parágrafo único. Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado.

Santos (2018) ressalta, que antes da lei, as pessoas com autismo não dispunham de legislação específica para que tivessem os seus direitos de acesso à educação assegurados e o acompanhante especializado é um exemplo disso, visto que não estava previsto em legislação anterior. E continua o autor que, apesar da previsão legal, é sabido que boa parte das pessoas com TEA, só conseguem a efetiva dos seus direitos recorrendo ao poder judiciário.

Regulamentada pelo Decreto n.º 8.368, de 2 de dezembro de 2014 (BRASIL, 2014b), a Lei Berenice Piana, nome da mãe de uma criança autista que lutou pela sua aprovação, estabeleceu o autismo como deficiência, com direito a ações e serviços, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde e escolarização, incluindo: diagnóstico precoce; atendimento e acompanhamento multiprofissional; nutrição adequada e terapia nutricional; medicamentos; moradia, inclusive residência protegida; mercado de trabalho; previdência e assistência social; acompanhante especializado na escola.

A Lei é um marco do uso do termo Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) em documentos oficiais e instituiu a política nacional de proteção aos direitos das pessoas com transtorno, considerando as seguintes definições para o quadro:

I - deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;

II - padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos (BRASIL, 2012, p. 1).

A denominação TEA também está presente em Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtornos do Espectro do Autismo (BRASIL, 2013). Publicado pelo Ministério da Saúde, o material oferece orientações relativas aos cuidados com a saúde e atendimentos de habilitação e reabilitação às pessoas com TEA para equipes multiprofissionais que atuam na rede pública.

II. METODOLOGIA

A abordagem aplicada na referida pesquisa é a observação participante ou observação ativa, consistindo na participação real do conhecimento da vida, seja da comunidade, de um grupo ou de uma situação determinada, na concepção de Gil (2011).

O presente estudo foi realizado a partir da visão concernente à motricidade do educando com TEA

(Transtorno do Espectro do Autismo), tendo a escola como o local para auxiliar suas atividades pedagógicas, diante de projetos incipientes relativos à Educação Inclusiva, buscando a conscientização de todas as esferas sociais, a ampliação de recursos, o uso de tecnologias voltadas para a aprendizagem e capacitação, acessibilidade e bem-estar.

Para tal propósito realizaram-se visitas a uma escola municipal de Duque de Caxias, a Escola Municipal Santa Luzia, na qual estão matriculados educandos com TEA, com a finalidade de observar, pesquisar e avaliar o desenvolvimento motor mediante as atividades desenvolvidas, como também o processo de inclusão, buscando reflexões acerca das metodologias aplicadas.

Duque de Caxias é um município do Estado do Rio de Janeiro, situado na Baixada Fluminense e faz parte da região metropolitana. Tem 465,57 Km² de extensão e mais de 872 mil habitantes, dados do IBGE de 2010, divididos pelos quatro distritos que o compõe. Tendo as Rodovias Washington Luiz e Rio-Magé como principais vias de ligação e passagem, bem como a Avenida Presidente Kennedy, as quais abrangem, em toda extensão, os acessos aos distritos.

Economicamente, apresentou um grande crescimento nos últimos anos sendo a indústria e o comércio as principais atividades. Há cerca de 810 indústrias e 10.000 estabelecimentos comerciais instalados no município.

O Município de Duque de Caxias conta hoje com 178 escolas municipais. Toda a ideia da pesquisa no caso, a observação participante, para que esta se torne “um instrumento válido e fidedigno de investigação científica”, necessita ser controlada e sistemática, implicando na existência de um planejamento cuidadoso do trabalho e uma preparação rigorosa do observador, no pensamento de Lüdke e André (1986).

Duque de Caxias traz em sua história, a implantação da Educação Especial no ano de 1979 como também o surgimento de movimentos sociais, sendo um deles a Associação de Pais de Excepcionais, o qual contribuiu na resistência para a ampliação na oferta de serviços, fiscalizando, encampando junto ao Poder Público, instituições que violavam direitos das Pessoas com Deficiência. Em 1989 com a criação da Divisão de Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação, fóruns sociais emergiram imbuídos na comissão de estudos e propostas para a Lei Orgânica do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência em 1990 e a Divisão de Atendimento aos Portadores de Necessidades Especiais da Secretaria de Ação Social, em 1991 (FERNANDES, 1991).

A pesquisa foi realizada com 10 (dez) educandos, no caso, sendo observados, 10 (dez) professores e 10 (dez) respectivos responsáveis, com o auxílio de um cronograma das visitas, de modo a

observá-los semanalmente, no horário integral para que houvesse novidades, sem comprometer as atividades educativas. O material utilizado para a coleta de dados foi um diário de pesquisa, com a finalidade de elencar algumas questões importantes para a pesquisa, registrando os objetivos e problemas emergentes.

III. DIALOGANDO OS RESULTADOS DO CAMPO COM VIGOTSKI, WALLON E MICHEL FOUCAULT

Para compreender o processo de inclusão na educação, os três autores supracitados estabelecem um paralelo entre suas ideias, resguardados seus campos de atuação e seus pressupostos. É sabido que Vigotski e Foucault tomaram uma posição crítica relativa às práticas de exclusão cultural e do emprego de mecanismos disciplinares derivados de uma supervalorização de uns em detrimento de direitos dos outros considerados “desviantes” (MARQUES, 2009).

Segundo Foucault (2003), a sociedade moderna impunha mecanismos desenvolvidos com a intenção de disciplinar os corpos, ordenar comportamentos através de normas e instituições, e como as diferenças eram percebidas e tratadas. Assim, o estudioso enfocou as formas de poder esquadrieador, o qual consistia na ordenação dos espaços físico e social, com o objetivo de posicionar pessoas e/ou grupos, estabelecendo seus limites e perspectivas (MARQUES, 2009). O que dizer em relação ao pensamento de Vigotski e Wallon? Ambos defenderam que as interações sociais favoreciam a libertação das consciências envolvidas, oportunizando novos saberes. Observações realizadas durante as falas dos professores e responsáveis, remeteram ao fato que a escola é um elo de integração entre eles, que em nenhum momento prevaleceu a postura autoritária e punitiva, tanto em casa quanto na instituição, confirmando a existência de um vínculo importante e conciliador.

Sabendo que as interações sociais entre grupos heterogêneos são condições fundamentais para o desenvolvimento do pensamento e da linguagem, pensamos que quanto maior for o grupo de relações em que a criança participar, seu desenvolvimento será melhor. A escola, assim, torna-se um espaço social capaz de observar, ouvir, perceber e identificar os conhecimentos, os valores, a cultura de sua população, além de desenvolver programas educacionais apropriados, apoiando seus professores, e incluir também a família.

Dessa forma, as falas dos responsáveis e professores coadunaram-se no pensamento sobre o processo ensino-aprendizagem dos educandos com TEA, valorizando o que eles apresentam, e não aquilo que ainda lhes faltam; todo o tempo auxiliam a

reestruturação mental, buscando um novo equilíbrio, novas estratégias para as atividades pedagógicas.

Como exemplos observados na Escola, durante um trabalho de Matemática na turma de 7º Ano de Escolaridade, o aluno autista de 16 anos, D., prestava atenção em toda a explicação da professora, e auxiliado pela mediadora, ia conseguindo solucionar os problemas. Num determinado momento, ao sentir o nível de dificuldades aumentar, precisou ir até a mesa da professora a fim de receber mais orientações. Conseguiu resolver mais uma vez. Conseguiu fazer sozinho, embora recorresse em alguns momentos, à mediadora e à professora. Seu colega de 17 anos, por ser mais lacônico, expressou-se com o olhar para nós e para seu caderno, com voz bem soprada pediu-nos auxílio. Após explicações cuidadosas, ele foi respondendo às questões.

As mesmas impressões foram revisitadas nas turmas do Fundamental. No 2º Ano de Escolaridade, o pequeno de 7 anos, A., estava todo feliz por construir um autoditado sozinho, a partir de vários fonemas escritos pela professora na lousa. Ele foi associando e conseguiu fazer tudo! Depois, foi brincar com os coleguinhas de massinha, onde reproduzia objetos e até “pontes”, porque tinha visto fotos que tinham pontes. No 3º Ano, o outro educando de 9 anos fez um ditado auxiliado pela professora, porém reconhecia as letras e os sons. Durante a aula de Informática, leu fonemas nas estorinhas, nos “banners”, mostrando-se satisfeito com o seu desempenho. Na Classe Especial, os educandos realizaram atividades afins com o grau de dificuldades, embora D. e B., ambos de 17 anos, consigam elaborar de forma mais clara as tarefas, visto que conhecem fonemas e números, assim como formam palavras.

Os educandos J., D., R., com 9, 10 e 17 anos respectivamente, ainda não-verbais, iniciaram progressos a partir dos estímulos verbais e visuais realçados nas atividades dirigidas a eles, as quais incluíam movimentos, sons, mini-passeios, objetivando a atenção, a capacidade de observar, descobrir as novidades, estimular a imaginação.

Durante as entrevistas com os responsáveis, alguns me relataram a respeito da dificuldade em auxiliar os filhos nas disciplinas, porém, esforçam-se para esse objetivo levando-os à explicadores na própria região, recebendo orientações dos professores; alguns responsáveis possuem um grau de instrução, e tentam fazer o melhor possível pelos filhos. A questão da afetividade mais uma vez se pronuncia, desta vez dentro do círculo familiar, através das estratégias disponíveis, para que possam suprir as necessidades e estender a função da escola ensinando suas crianças e jovens. Nesse contexto, as propostas de Vigotski vislumbraram somente as potencialidades das crianças, e não seus insucessos.

Wallon concebeu o desenvolvimento psíquico da criança de maneira dinâmica, por estágios que formam uma unidade e que seguem uma ordem necessária ao seu surgimento. Cada um deles apresenta características próprias e prepara o surgimento do seguinte, não linear, comporta retrocessos e crises; além disso, as dimensões afetiva, motora e cognitiva estão em constante comunicação (PERDIGÃO, 2014). Tudo isso corrobora com os relatos dos familiares, que em momento algum, mostraram-se insatisfeitos, e sim esperançosos com os progressos apresentados, assim como os professores, que vêm buscando novas formas de intervenções pedagógicas. Um dos alunos com TEA, D., de 16 anos, estava ensaiando a dança da Festa Julina que realizou-se na data de 19 de Julho de 2019, apesar de preferir ficar na assistência de outros eventos; no instante em que percebeu como todos esperavam por ele, sentindo-se valorizado, quis participar, estar junto com todos os colegas de turma. Isso para ele foi uma experiência gratificante e inovadora.

Na turma do Ensino Fundamental, no 7º Ano, as professoras de Matemática, Português e Geografia, costumam realizar atividades as quais alguns educandos regulares auxiliam os com TEA, como a escrita, cálculos, mapas, no intuito que essa troca propicie as relações sociais, enfrentando as barreiras e as limitações impostas pelo despreparo com o qual ainda nos deparamos. O mesmo vem sendo realizado nas turmas do 1º segmento, também auxiliado pelo professor de Educação Física.

O professor está sempre, em seu esforço pedagógico, procurando criar Zonas de Desenvolvimento Proximal (ZDP), isto é, atuando como elemento de intervenção, de ajuda, segundo a concepção vigotskiana, atuando de forma explícita, interferindo no desenvolvimento dos alunos, provocando avanços que não ocorreriam espontaneamente. Vigotski, dessa forma, resgata a importância da escola e do papel do professor como agentes indispensáveis do processo de ensino-aprendizagem. O professor pode interferir no processo de aprendizagem do aluno e contribuir para a transmissão do conhecimento acumulado historicamente pela Humanidade. É nesse sentido que as idéias de Vigotski sobre a Educação constituem-se em uma abordagem da transmissão cultural, tanto quanto do desenvolvimento (FREITAS, 2000).

Concernente ao saber dos autistas é previsível que na escola, pode potencializar a circulação de novos discursos, desmontando relações cristalizadas e viabilizando o surgimento de inovações transformadoras das práticas escolares (BIALER, 2015). Daí, outro assunto a ser explorado, é o domínio do professor sobre os educandos, pois a mudança de paradigmas oportunizou uma nova concepção em torno da autoridade dentro e fora do contexto escolar.

A diferença entre autoridade e autoritarismo consiste em que a primeira, tem a ver com o poder que as pessoas reconhecem, prestigiam e lidam com ela de forma harmoniosa, estabelecida de acordo com a situação e está baseada no diálogo, enquanto que a segunda reflete uma imposição e absolutismo, os quais interdita o processo de humanização, remetendo às pessoas à sujeição e à opressão (MARQUES, 2009, p.95).

O corpo da criança torna-se objeto de manipulação e condicionamento, onde o que fugir à norma deve ser corrigido e/ou punido, em conjunto com um tipo de saber que permite rotulá-lo como “indisciplinado ou problemático”, ou um saber que pode qualificá-lo e valorizá-lo. Dessa forma, os teóricos convergem em seus pensamentos ao defenderem a inserção de todas as pessoas como agentes de mudança, diante das transformações que vêm refletindo no ambiente escolar. O educando de forma geral está aprendendo a ser mais crítico; nós, professores, não somos os “carrascos”, pois também sofremos mudanças em nosso pensamento e em nossas ações, porém, solicitamos a ordem e o respeito, inerentes à educação. Os movimentos já não são mais contidos de maneira ferrenha. E de acordo com Bialer (2015), o papel da escola na inclusão de autistas, não deve ser distinto de uma de suas funções educativas: o respeito à diferença.

Tudo isso contempla para uma nova prática pedagógica, na qual o nosso compromisso como educadores de construir uma escola aberta às mudanças, não só da disciplina, seja também emissor de técnicas adequadas à diversidade presente no espaço social, valorizando a acessibilidade, extinguindo estigmas, enaltecendo a afetividade para que a Educação seja sempre para todos.

A escola pesquisada vem propiciando um ambiente acolhedor, para que os educandos com TEA possam progredir dentro das suas próprias potencialidades e aproveitamento escolar. Em conjunto com o Ensino Regular, educar todos de uma forma pela qual se sintam inseridos, oportunizar a ressignificação da Escola Pública e combater as práticas excludentes que ainda insistem em adentrar e dificultar seu verdadeiro sentido são princípios fundamentais ao processo de inclusão, vivenciado em seu interior diante da questão da heterogeneidade e da diversidade, proporcionando trocas de conhecimentos e habilidades, assim como valores importantes no reconhecimento de nossas diferenças, para que juntos possamos valorizá-las e respeitá-las, contribuindo de alguma forma, para a construção social e histórica da realidade.

Michel Foucault foi um crítico das instituições de ensino e de todas as outras que utilizam a ordem, a disciplina e o poder a fim de “criar corpos dóceis”. O estudioso é base fundamental para analisar,

diagnosticar o nosso presente, através de abordagens inovadoras para entender as instituições e os sistemas de pensamento. Corpo dócil não é sinônimo de corpo obediente. Corpo dócil significa um corpo maleável e moldável, em que a modelagem atua no nível do corpo e dos saberes, resultando em “[...] formas particulares tanto de estar no mundo – no eixo corporal –, quanto de cada um conhecer o mundo e nele se situar – no eixo dos saberes” (FOUCAULT, 2008, p.352).

Vigotski criticou certos elementos, dentre os quais o modelo tradicional de ensino, denominado por ele, de “velha escola”, a qual o professor não leva em conta a experiência de vida do educando, Foucault estudando sobre a instituição de ensino usando do poder disciplinador para limitar e podar o conhecimento a ser aprendido e qualquer possibilidade de desenvolvimento pleno como sujeito, para que se adapte aos padrões preestabelecidos. Ao adotar tal procedimento, desconsiderando a experiência dos educandos, a escola nega os saberes com os quais o alunado chega a ela (MARQUES, 2009, p.96).

Foucault (2003, p.174) descreveu a escola como “espaço fechado, recortado e vigiado”, e mesmo com essas características, a educação vem passando por momentos de transição, proporcionando à escola, mudanças e experiências significativas. A escola pesquisada, a todo o momento, demonstrava compreender a essência do pensamento infantil e todos os seus valores sociais, baseando-se nos pressupostos dos teóricos estudados.

Wallon destaca as emoções e a linguagem como domínios funcionais no desenvolvimento da criança. Afirmo ainda que o desenvolvimento da criança pode ser visto tanto por seus atributos inatos, quanto como um reflexo dos valores sociais. Nesse sentido, a educação deve satisfazer as necessidades orgânicas, relacionais, afetivas e intelectuais para que haja a construção do “eu” e sua relação com o outro e com o mundo dos objetos.

Outro exemplo foi o aparecimento de um caramujo africano num canteiro da escola, aguçando a curiosidade de outro aluno autista A., este com 17 anos. Ele, intrigado com o animal, ficou diversas vezes me chamando a atenção para que eu olhasse também. Sinalizei que aquilo era sujo, poderia trazer doenças graves, que era proibido tocar nele. Ele acatou. Andando pela quadra, viu outro menor. Novamente, chamou a atenção. De imediato, fez o sinal “não”, que não podia mexer nele. Este aluno é ecolálico, embora entenda e conheça palavras, falando pausadamente.

Na sala de aula, desenhou um caramujo. Este episódio me pareceu como “tautologia” ou repetição da palavra, no caso “caramujo” para definir por meio do desenho, o tanto que ficou curioso.

Os resultados esperados estão acontecendo, porque todos os esforços cooperam para isso; com base nos três estudiosos escolhidos, concepções

novas vão surgindo, os professores vão transformando suas atitudes e pensamentos, atualizando suas práticas educativas, derrubando mitos, preconceitos e receios. A E. M. Santa Luzia busca seu espaço ao contemplar as modalidades de ensino tão imprescindíveis à inclusão das Pessoas com Deficiência, para contribuir cada vez mais na difusão da Educação Especial na cidade de Duque de Caxias.

IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As observações realizadas fizeram-me constatar o compromisso profissional dos educadores, assim como o empenho dos responsáveis em garantir a aprendizagem dos educandos com TEA, através de diversas práticas educativas. O desafio da Educação nos dias atuais, seja corroborando com a inclusão, com o respeito à diversidade, seja com a valorização da pessoa do professor, remete-nos às transformações na Escola, assim como na própria sociedade.

Dentre as 178 escolas da Rede Pública do Município de Duque de Caxias, a Escola Municipal Santa Luzia é tida como um dos exemplos a serem seguidos no que se refere à diversidade de possibilidades às crianças e jovens com Autismo, respeitando os diferentes níveis de cada um, através da oferta de Classe Especial a quem necessite dessa modalidade de ensino, assim como o apoio da Sala de Recursos juntamente com as Classes Regulares e as atividades de Educação Física, ou seja, uma Escola partícipe, atuante, preocupada com as diferenças e oportunidades inerentes aos educandos com o intuito de ajudá-los a se adaptar e superar todas essas dificuldades.

O acesso às escolas otimizou um novo olhar para a diversidade, fazendo jus ao direito da escolarização de crianças e jovens com TEA, sem estigmas, sem paternalismo, respeitando sua individualidade sociocultural. Também ressalto que a inclusão se configura como real e presente, tendo como eixo norteador a própria Lei Berenice Piana ou Lei 12764/12.

Na literatura científica foram encontrados artigos, teses e dissertações desmistificando o transtorno, narrando pesquisas novas, resultados satisfatórios, novos recursos e técnicas com o intuito de capacitar cada vez mais os profissionais envolvidos, assim como o próprio educando. Outras publicações ainda se encaminham para tal intento. O corpo do autista ao ser estimulado pode exprimir a sua maneira de se comunicar com o mundo, sendo verbal ou não, por meio de expressões e movimentos, porém, participante, intenso, mostrando-se ao mundo, afirmando seu existir.

Esta pesquisa não para por aqui; ainda há bastante assunto para ser estudado, ampliando horizontes em torno do TEA, ansiando por novos progressos. Cada vez mais, nosso olhar transponha

obstáculos que insistem em surgir, que possamos nos espelhar em exemplos vivos de persistência, os quais nos enriquecem de sabedoria e vivências. E que outros “nascidos em um dia azul” possam preencher as lacunas desse nosso mundo com muitas cores!

REFERENCES RÉFÉRENCES REFERENCIAS

1. AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. *Manual diagnóstico de transtornos-DSM-5*, trad. Maria Inês Corrêa Nascimento ... et al.]; Revisão .Maria Inês Corrêa Nascimento ... et al.]; revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli... et al. Porto Alegre: Artmed, 2014. xlv, 948 p.; 25 cm. Sem autores.
2. BAPTISTA, Claudio Roberto; BOSA, Cleonice. *Autismo e Educação: reflexões e propostas de intervenção*. Porto Alegre: Artmed, 2002
3. BIALER, Marina, A inclusão escolar nas autobiografias de autistas. *Psicologia Escolar e Educacional [online]* 2015, 19 (Septiembre-Diciembre): [Fecha de consulta: 26 de Julio de 2019] Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=282343250008>>. Acesso em: 26 Jul.2019. ISSN 1413-8557
4. BOGDAN, R; BIKLEN, S. K. *Qualitative Research for Education*. Boston, Allyn e Bacon, Inc., 1982. apud LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. *Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas*. 5. ed. São Paulo: EPU, 1986.123p.
5. BRASIL. *Diretrizes Nacionais para a Educação Básica*. Brasília: MEC/SEESP, 2001. Acesso em 25 de Novembro de 2020.
6. BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 25 nov. 2020.
7. CORNELSEN, S. *Uma criança autista e sua trajetória na inclusão escolar por meio da psicomotricidade relacional*. 2007. 200f. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Paraná, Mestrado em Educação, Curitiba, 2007.
8. CUNHA, Eugênio. *Autismo e Inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família*. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012
9. FERNANDES, Ediclea Mascarenhas. *A Implantação do Modelo Pedagógico Construtivista na Educação Especial no Sistema Público no Município de Duque de Caxias: Mudanças na Prática Pedagógica e Institucional*. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1991
10. FERNANDES, Ediclea Mascarenhas. Construtivismo e educação especial. *Revista integração*. MEC/SEESP, 5(11), p. 22-23, 1994.
11. FERNANDES, Ediclea Mascarenhas, ORRICO, Helio Ferreira. *Acessibilidade e Inclusão Social*. Rio de Janeiro: Deescubra 2012.
12. FERNANDES, Ediclea Mascarenhas; CORRÊA, Maria Ângela. *Processo Ensino-Aprendizagem dos alunos com necessidades educativas especiais: o aluno com Deficiência Mental*. 1.ed. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2008
13. FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
14. FREITAS, M. T. de A. As apropriações do pensamento de Vygotsky no Brasil: um tema em debate. *Psicologia da Educação*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia da Educação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, n.10/11, p. 9-28, 2000
15. FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
16. FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008.
17. KLIN, A. *Autismo e síndrome de Asperger: uma visão geral*. Revista Brasileira de Psiquiatria, 28, 3-11. 2006. doi: 10.1590/S1516- 44462006000500002
18. LOTUFO, Larissa. *Desmistificando as cores do autismo*. Bauru, 2012. Trabalho de conclusão de curso apresentado curso de comunicação social/jornalismo como requisito mínimo para a obtenção do título de bacharel em jornalismo.
19. LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. *Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas*. 5. ed. São Paulo: EPU, 1986.123p.
20. MARQUES, C.A; MARQUES, L.P. *Da exclusão à inclusão: (re)construindo significados à luz dos pensamentos de Vygotsky, Paulo Freire e Michel Foucault*. Juiz de Fora: UFJF, 2009
21. MÜLLER-GRANZOTTO, Marcos; MÜLLER-GRANZOTTO, Lorena. *Psicose e sofrimento*. São Paulo: Summus, 2012.
22. ORRÚ, Silvia Ester. *Autismo, linguagem e educação: interação social no cotidiano escolar*. 3 ed. Rio de Janeiro: Wak Editora. 2012
23. PERDIGÃO, Marilete Geralda da Silva. *A Psicogenética Walloniana e o Desenvolvimento da Linguagem: Implicações à Educação*. *Cad. Pesquisa*, São Luís, v.21, n. 3, set./dez.2014
24. PEREIRA, Franklin José. *Educação Esportiva Municipal: Construções de Políticas Públicas Desportivas Inclusivas e Sustentáveis no Município de Duque de Caxias – RJ*. 2011. Tese (Doutorado). Universidad Del Norte. Assunción, Paraguai, 2011
25. ROMERO, Priscila. *O aluno autista: avaliação, inclusão e mediação*. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2016
26. TEIXEIRA, M. C. T. V. et al. Literatura científica brasileira sobre transtornos do espectro autista. *Revista da Associação Médica Brasileira*. v. 56, n. 5, p. 607-614, 2010
27. SANTOS, Paulo José Assumpção dos. *Ensino de História para alunos surdos em classes inclusivas: práticas e propostas*. Rio de Janeiro, 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) - Instituto de História. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018